

ano 7 - n. 13 | janeiro/junho - 2020  
Belo Horizonte | p. 1-226 | ISSN 2319-0795  
R. Fórum de Ci. Crim. – RFCC

**Revista Fórum de  
CIÊNCIAS CRIMINAIS**

**RFCC**

**FORUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO

# Sumário

## DOCTRINA NACIONAL

### As mudanças na legislação penal e processual penal com o Pacote Anticrime

<b>Benigno Núñez Novo</b> .....	9
1 Introdução .....	9
2 Desenvolvimento .....	10
2.1 Pacote Anticrime: principais mudanças .....	10
2.1.1 Código Penal .....	10
2.1.2 Código de Processo Penal .....	10
2.2 Legislação penal extravagante .....	11
2.2.1 Crimes hediondos (Lei nº 8.072/90) .....	11
2.2.2 Lei das Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/13) .....	12
2.2.3 Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03) .....	13
2.2.4 Processos de competência originária do STF e do STJ (Lei nº 8.038/90) .....	13
2.2.5 Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06) .....	13
2.2.6 Lei de Lavagem de Capitais (Lei nº 9.613/98) .....	13
2.2.7 Lei da Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92) .....	14
2.2.8 Lei de Interceptações Telefônicas (Lei nº 9.296/96) .....	14
2.2.9 Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84) .....	14
2.2.10 Estabelecimentos Penais Federais de Segurança Máxima (Lei nº 11.671/08) .....	14
2.2.11 Identificação Criminal (Lei 12.037/09) .....	14
2.2.12 Julgamento Colegiado em Primeiro Grau (Lei nº 12.694/12) .....	15
2.2.13 Lei do “Disque-denúncia” (Lei nº 13.608/18) .....	15
3 Conclusão .....	16
Referências .....	17

### Sistema prisional e a insuficiência de recursos orçamentários

<b>Diogo Lopes Cavalcante, Larissa Aline Moura</b> .....	19
1 Introdução .....	19
2 Sistema prisional .....	20
3 Ativismo judicial .....	23
4 Reserva do possível .....	25
4.1 Reserva do possível em relação aos recursos orçamentários para o sistema prisional .....	29
5 Mínimo existencial dos apenados .....	31
5.1 Legitimidade ou não do Estado em deixar de implantar direitos básicos no cárcere diante da insuficiência orçamentária .....	34
6 Considerações finais .....	37
Referências .....	38

### Lei de Violência Doméstica: temas atuais e controvertidos

<b>Élcio Arruda</b> .....	41
Introdução .....	41
1 Mandado de criminalização constitucional .....	44
2 Pressupostos (filtros) à incidência da Lei de Violência Doméstica .....	49
2.1 Sujeitos ativo e passivo .....	50

2.2	Contexto .....	54
2.3	Formas de violência e tipicidade penal .....	56
2.3.1	Violência física .....	57
2.3.2	Violência psicológica.....	57
2.3.3	Violência sexual .....	59
2.3.4	Violência patrimonial .....	60
2.3.5	Violência moral .....	61
3	Concretização do eixo punitivo-repressivo da Lei de Violência Doméstica .....	61
3.1	Ação penal pública incondicionada (lesão corporal leve qualificada).....	61
3.2	Lesão corporal qualificada (leve) e majorada (grave, gravíssima, seguida de morte, contra deficiente) .....	63
3.3	Vedação ao modelo de justiça consensual .....	64
3.4	Penas incabíveis .....	65
3.5	Vedação à insignificância.....	67
3.6	Prisão preventiva.....	68
3.7	Feminicídio .....	71
4	Medidas de proteção.....	75
5	Competência e procedimento .....	78
	Conclusão .....	81
	Referências .....	82

#### A soberania dos veredictos e a execução provisória em condenações no Tribunal do Júri: um julgamento histórico no STF

<b>Fernando da Silva Comin, Francisco Dirceu Barros, Mário Luiz Sarrubbo .....</b>	<b>87</b>
1 Um julgamento histórico no STF.....	87
2 Princípio da proporcionalidade em sentido amplo .....	88
3 A soberania do júri e jurisprudência do STF .....	90
4 Os crimes de homicídio e a facilidade de concretização de impunidade através da prescrição.....	91
5 A soberania dos veredictos e o princípio da razoabilidade .....	92
6 Relatividade do princípio da soberania dos veredictos .....	93
7 Uma conclusão inevitável.....	96

#### Direitos fundamentais à privacidade e intimidade e aplicação do *Big Data* na esfera criminal

<b>Jackeline Shizuko Kochiyama, Marília Bachi Comerlato Paschoalick .....</b>	<b>99</b>
1 Introdução .....	99
2 Aspectos gerais dos direitos fundamentais à intimidade e privacidade .....	100
3 Dos termos de uso de política de privacidade das redes sociais .....	105
4 Previsão legal do uso dos dados .....	106
5 O uso do <i>Big Data</i> na esfera criminal .....	110
6 Considerações finais .....	112
7 Referências .....	113

#### Uma teoria retórica do delito

<b>João Menezes Santos Neves .....</b>	<b>115</b>
Introdução: filosofia retórica e objeção às teorias (ontológicas) do delito .....	115
1 Teorias (ontológicas) do delito: teoria significativa da ação e objeções no plano da retórica analítica .....	117
2 Ação também é "caneta": uma tese contra a teoria significativa da ação, por ter as ações como portadoras de significado .....	121
3 Contra o convencionalismo em que recai a teoria significativa da ação .....	123

4	Considerações finais: por uma teoria retórica do delito.....	125
	Referências .....	127

(In)Eficácia da medida protetiva prevista na Lei Maria da Penha: proteção da vítima frente à atuação do Estado

<b>Leticia Aparecida dos Santos, Andrea Luiza Escarabelo Sotero .....</b>	<b>129</b>	
1	Introdução .....	129
2	Violência contra a mulher: histórico no mundo .....	130
2.1	Histórico no Brasil .....	131
3	Luta pelo direito de igualdade.....	132
3.1	Direitos conquistados ao longo da história .....	133
4	Lei com nome de mulher.....	134
4.1	A história .....	134
5	Da violência doméstica contra a mulher .....	135
6	Procedimento adotado pela lei .....	136
6.1	Ação penal .....	137
6.1.1	Ação penal pública incondicionada .....	138
7	A vítima e a autoridade policial .....	139
7.1	Boletim de ocorrência .....	140
7.2	Iminência da violência .....	140
7.2.1	Garantia policial .....	141
7.2.2	Encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao IML .....	142
7.2.3	Transporte .....	142
7.2.4	Retirada dos pertences .....	142
7.2.5	Informar direitos .....	142
8	Medida protetiva e descumprimento .....	142
8.1	Avanços na comunicação entre vítima e órgãos governamentais .....	144
9	Metodologia .....	144
10	Considerações finais .....	145
	Referências .....	146

A supremacia axiológica do princípio da dignidade humana na busca por uma sociedade mais solidária

<b>Márcio Pinheiro Dantas Motta.....</b>	<b>149</b>	
1	Introdução .....	149
2	Os princípios constitucionais e a produção jurídica de efeitos concretos .....	153
3	Considerações finais: o direito enquanto promotor da solidariedade e da justiça social .....	156
	Referências .....	158

A manutenção da seletividade penal racista através do processo de criminalização

<b>Mateus Nunes Vigilato de Freitas, Erika Macedo Moreira .....</b>	<b>161</b>	
	Introdução .....	161
1	O racismo no Brasil e o histórico de seletividade penal .....	163
2	Garantias jurídicas e a (in)aplicabilidade .....	165
3	A deficiência da representatividade, e criminologia positiva e crítica .....	166
4	A deslegitimação do discurso penal .....	168
5	O processo de criminalização e seletividade penal .....	168
5.1	Os presos e os mortos no Brasil .....	170
	Considerações finais .....	171
	Referências .....	173

Os efeitos da administrativização do Direito Penal na conformação de uma política de enfrentamento à corrupção

<b>Renee do Ó Souza</b> .....	177
Introdução .....	178
1    As causas da administrativização do Direito Penal .....	179
1.1    A sociedade de riscos e a necessidade de seu controle por meio do Direito Penal contemporâneo .....	179
1.2    A expansão do Direito Penal contemporâneo: o aumento dos tipos penais abertos, normas penais em branco, tipos de perigo abstrato, normas penais simbólicas ...	181
1.3    O Direito Administrativo como suporte para o Direito Penal: os limites do risco permitido na sociedade moderna.....	185
2    A administrativização do Direito Penal e a penalização do Direito Administrativo....	186
2.1    A proposta de Direito de Intervenção de Winfried Hassemer: existe algo melhor que o Direito Penal? .....	186
2.2    Lei de Improbidade Administrativa e Lei Anticorrupção Empresarial como reforço protetivo e os mandados de tutela constitucional: apostas brasileiras no enfrentamento à corrupção que revelam o modelo interventivo penal do Estado brasileiro .....	188
2.3    A comunicação entre as vias legais de proteção do mesmo bem jurídico: uso do <i>compliance</i> , acordos de leniência e colaboração premiada como manifestação de uma política criminal coerente .....	189
3    Política de enfrentamento à corrupção voltada para eficiência do Direito Penal por meio da sua administrativização.....	192
3.1    Uma política criminal e um Direito Penal voltados às consequências e eficiência: combate à cifra negra, diminuição da impunidade e melhor proteção do bem jurídico .....	192
3.2    A justiça negocial como instrumento para um resultado útil e para eficiência do Direito Penal .....	196
3.3    O uso meramente efficientista do Direito Penal e atuarialismo: o risco da instrumentalização da pessoa humana .....	198
Conclusão .....	202
Referências .....	203

A tutela penal do licenciamento ambiental: os crimes contra a administração ambiental em meio aos principais problemas apontados pelo estado da arte do debate acadêmico

<b>Tiago Ducatti de Oliveira e Silva</b> .....	205
Introdução .....	205
1    As principais ofensas ao licenciamento ambiental: o estado da arte do debate acadêmico científico .....	206
1.1    A narrativa científica sobre problemas estruturais .....	207
1.2    Narrativa científica sobre qualidade dos estudos ambientais .....	208
1.3    Narrativa científica sobre a condução das audiências públicas .....	208
1.4    Narrativa científica sobre o momento de monitoramento e fiscalização .....	209
2    Análise penal das condutas apontadas pelo estado da arte acadêmico: visualização teórica do enquadramento enquanto crimes previstos na LCA .....	210
3    A efetividade dos crimes contra a administração ambiental na proteção do licenciamento ambiental: pesquisa de jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás .....	212
Considerações finais .....	215
Referências .....	216
Anexo A .....	219

Instruções para os autores.....	225
---------------------------------	-----